Medida Provisória nº 81, de 2002

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, no valor global de R$ 17.084.740.385,00 (dezessete bilhões, oitenta e quatro milhões, setecentos e quarenta mil, trezentos e oitenta e cinco reais), para os fins que especifica.

Assunto: Orçamento Público - Crédito Adicional

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na íntegra

Destino: À promulgação

Último local: 13/03/2003 - Coordenação de Arquivo

Último estado: 19/03/2003 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

TRAMITAÇÃO

04/11/2004 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Processo arquivado.

15/10/2004 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Ao Protocolo Legislativo com destino ao Arquivo.

19/03/2003 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (CN) MESA.
PROMULGADA. LEI 010644 DE 2003.
DSF - 15/03/2003 PÁG. 03513 a 03514.
DOU-E- 17/03/2003 PÁG. 00001.
Promulgada em 14/03/2003.

19/03/2003 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Ofício nº 103/2003(CN) de 18/03/2003, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República encaminhando a Mensagem nº 03/2003(CN), ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunicando a aprovação da Medida Provisória publicada, como lei, no Diário Oficial da União (fls. 36 a 37).

Ofício nº 104/2003(CN) de 18/03/2003, ao Presidente da Câmara dos Deputados participando a promulgação da matéria, bem como envio do texto promulgado para Arquivo dessa Casa (fls. 38 a 40).

19/03/2003 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Em 14/03/2003. foi aprovada a Medida Provisória nº 81/2002
Aguardando Publicação.

TRAMITAÇÃO

14/03/2003 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Anexado o texto revisado (fls. 34).

13/03/2003 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 15:40 hs.

13/03/2003 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: APROVADA

Ação: Anunciada a matéria o Sr. Romero Jucá, Relator Revisor profere Parecer nº 91/2003 (de plenário), favorável.
Aprovado o Parecer do Relator Deputado João Almeida (PSDB-BA), pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.
Passa-se à apreciação do mérito.
Aprovada a medida, sem debates.
À promulgação.
À SSEXP.

Publicado no DSF Páginas 3431-3432

12/03/2003 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 13.03.2003.
Discussão, em turno único.

12/03/2003 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo das Lideranças para deliberação da Medida Provisória nº 77/2002.

À SSCLSF.

Publicado no DSF Páginas 3298

11/03/2003 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Incluída em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 12/03/2003.
Discussão, em turno único.

11/03/2003 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo das Lideranças para deliberação da Medida Provisória nº 77/2002.

À SSCLSF.

Publicado no DSF Páginas 3185

TRAMITAÇÃO

07/03/2003 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Incluída em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 11/03/2003.
Discussão, em turno único.

07/03/2003 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Leitura do Ofício nº 11/2003, do Sr. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, submetendo à apraciação do Senado Federal a medida provisória, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32.

A Presidência presta esclarecimentos acerca da matéria e comunica a inclusão da mesma na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 11 de março do corrente, conforme acordo das Lideranças da Casa.

À SSCLSF.

Publicado no DSF Páginas 2940-2946

26/02/2003 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Matéria aguardando leitura.

26/02/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: À Subsecr. de Coord. Legislativa do Senado Federal.

26/02/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexadas folhas nºs 19 e 20, referentes à ficha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados.

26/02/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Plenário, 20-2-2003 (continuação do bal anterior)
Votação preliminar em turno único.
Aprovado, nos termos do artigo 8º da Resolução 01/02-CN, o Parecer do relator da CMPOPF, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e de sua adequação financeira e orçamentária.
Votação, quanto ao mérito, em turno único.
Aprovada esta MPV.
Votação da redação final.
Aprovada a redação final oferecida pelo(a) Relator(a), Dep.
A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.

26/02/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Plenário, 20-2-2003.
Matéria sobre a mesa.
Aprovado o requerimento do Dep. Henrique Fontana, na qualidade de Líder do PT, que solicita a inversão da pauta para que esta MPV 81/02 seja apreciada antes da MPV 79/02 e da MPV 80/02.
Discussão em turno único.
Designação do Relator, Dep. João Almeida, para proferir parecer a esta Medida Provisória (MPV), que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação.
Encerrada a discussão.

TRAMITAÇÃO

26/02/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Plenário, 19-2-2003.
Discussão em turno único.
Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.

26/02/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Recebido na Câmara, em 13-12-2002.
Despacho: Submeta-se ao Plenário.
Prazos: para a apresentação de emendas de 3 a 8-12-2002; para tramitação: na Comissão Mista de 2 a 15-12-2002, na Câmara dos Deputados de 16-12-2002 a 25-2-2003, no Senado Federal de 26-2 a 11-3-2003, para retorno à Câmara dos Deputados (se houver) de 12 a 14-3-2003, para sobrestar a pauta: a partir de 15-3-2003; para tramitação no Congresso Nacional de 2-12-2002 a 29-03-2003; de prorrogação pelo Congresso Nacional de 30-3 a 28-5-2003.

26/02/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada folha nº 18, referente ao Ofício PS-GSE nº 11/2003, de 25 de fevereiro de 2003, do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados ao Primeiro Secretário do Senado Federal, encaminhando a Medida Provisória nº 81, de 2002.

25/02/2003 CN-SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA-CN

Ação: Recebido neste Órgão, em 25.02.2003.

Encaminhado à SSCLCN.

16/12/2002 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Anexado Nota Técnica nº 26/02, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (fls. 15 e 16). Ofício nº 633 (CN), de 16.12.02, encaminhando o Processado da referida Medida ao Presidente da Câmara dos Deputados, conforme o art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 32.

16/12/2002 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste orgão às 16:17 hs.

16/12/2002 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: À Subsecretaria de Expediente com destino à Câmara dos Deputados (§ 8º, do art. 62 da Constituição Federal) tendo em vista o término do prazo na Comissão Mista.

16/12/2002 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: À SSCLCN, tendo em vista o encerramento do prazo regimental para tramitação da matéria nesta Comissão, que não chegou a emitir Parecer sobre a mesma.

10/12/2002 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

TRAMITAÇÃO

Ação: Designado Relator o Deputado JOÃO ALMEIDA, através do Ofício nº P-458/2002-CMO, e Relator Revisor o Senador ROMERO JUCÁ, através do Ofício nº P-457/2002-CMO, desta data, ora anexados às folhas nºs 13 e 14.

09/12/2002 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, tendo em vista o término do prazo para apresentação de emendas.

09/12/2002 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Recebido neste órgão às 18 h 45min, do dia 09-12-2002.

09/12/2002 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Encaminhado à SSCLCN para as devidas providências.

09/12/2002 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: No prazo regimental não foi apresentada emenda à Medida Provisória.

03/12/2002 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Serviço de Apoio às Comissões Mistas.

03/12/2002 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: A Presidência comunica ao Plenário que a matéria, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.
Esbelecimento de calendário para a tramitação da matéria, em anexo.

À SSCLCN.

Publicado no DSF Páginas 23319

03/12/2002 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Plenário para leitura e estabelecimento do calendário para tramitação da matéria.

02/12/2002 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexadas folhas nºs 04 a 10, referentes a Mensagem nº 276/2002-CN.

02/12/2002 CN-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO-CN

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 03 (três) folhas numeradas e rubricadas.
À SSCLCN.

Medida Provisória n° 81, de 2002

TRAMITAÇÃO

Publicado no DOU Páginas 1-2 PUB Nº 232 - SEÇÃO I

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 81/2002

Data: 02/12/2002

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, no valor global de R$ 17.084.740.385,00 (dezessete bilhões, oitenta e quatro milhões, setecentos e quarenta mil, trezentos e oitenta e cinco reais), para os fins que especifica.